



GT – “10”: “Geotecnologias e análise espacial no espaço urbano”

UMA ANÁLISE SOBRE A EXPANSÃO TERRITORIAL DAS REDES DO TRÁFICO DE DROGAS E OS ÍNDICES DE LETALIDADE POLICIAL EM ANGRA DOS REIS/RJ¹

Autor (01): Lucas Ferreira Andrade²

Filiação institucional: Universidade Federal Fluminense

E-mail: lfandrade.geo@gmail.com

Autor (02): Eliane Melara³

Filiação institucional: Universidade Federal Fluminense

E-mail: melara_eliane@id.uff.br

RESUMO: neste artigo buscamos analisar a expansão territorial das redes do tráfico de drogas e os índices de letalidade policial em Angra dos Reis/RJ. Para tanto, recorreremos a estudos bibliográficos e documentais, realizamos trabalhos de campo e coletamos dados primários e secundários. Verificamos que as ações policiais têm sido amplamente associadas ao combate às facções do tráfico de drogas e a redução de ocorrências relacionadas a esses grupos criminosos. No entanto, tal fato não tem dado conta da complexidade que envolve as redes do tráfico de drogas, visto que essas ações não buscam atingir a raiz deste problema, direcionando suas práticas ostensivas contra pessoas pobres e negras. Como resultado, os casos de mortes provocadas por agentes do Estado aumentam na periferia, na medida em que o tráfico se reorganiza para garantir os seus objetivos econômicos, ideológicos e simbólicos.

Palavras-chave: tráfico de drogas; letalidade policial; criminalidade violenta.

1. INTRODUÇÃO

O tráfico de drogas é um fenômeno mundial que afeta toda a sociedade de maneira direta ou indireta, influenciando na produção do espaço urbano e interferindo nos números de diferentes categorias de crime a partir de suas formas de atuação. No Brasil, a violência

¹ Para a realização desta pesquisa contamos com o financiamento do CNPq.

² Graduando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, bolsista PIBIC/CNPq.

³ Professora Adjunta do curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense.

urbana é fortemente atrelada às facções criminosas que atuam no tráfico de drogas de varejo, que podem praticar ações que vão desde a instalação de barricadas e a implementação de regras que cerceiam a circulação de pessoas, até disputas territoriais contra grupos rivais e confrontos com a polícia; além de exercerem influência sobre crimes contra a pessoa e contra o patrimônio (Souza, 2008; 2012). Nesse sentido, devemos salientar que, nas últimas duas décadas, esses problemas não têm sido algo exclusivo das grandes cidades brasileiras, mas também de cidades médias⁴ e/ou interioranas do país, das quais muitas têm passado por um processo de interiorização da criminalidade violenta (Waiselfiz, 2011; Melara, 2016).

Ao delimitarmos nossas análises para o estado do Rio de Janeiro, podemos verificar que esse processo de interiorização só passou a se mostrar evidente durante a década de 2010, especialmente em razão das políticas de segurança pública implementadas na capital fluminense e a expansão territorial das redes do crime organizado por todas as regiões do estado (Fernandes Jr., 2016; Ruediger, 2019; Novellino; Oliveira, 2019). Buscando resolver tal problemática, as gestões estaduais do Rio de Janeiro têm procurado destinar grande parte dos recursos públicos para a área de segurança pública⁵, com ênfase no policiamento ostensivo e na lógica do confronto e da guerra. Insustentável do ponto de vista orçamentário, essa lógica nem sempre se mostra associada à redução de todo tipo de crime, uma vez que as ações policiais priorizam as localidades onde supostamente está o criminoso, e não onde o crime ocorre efetivamente (Ciconello, 2019; MPRJ⁶, 2019).

Em meio a este contexto, para o presente estudo temos como recorte espacial o espaço urbano de Angra dos Reis (Figura 1), que ocupou a 22^o posição entre as 50 cidades mais violentas do Brasil com mais de 100 mil habitantes (FBSP⁷, 2023) e se encontra, atualmente, na 2^o posição entre os municípios brasileiros que mais apresentaram mortes por intervenção de agente do Estado a cada 100 mil habitantes em 2023 (FBSP, 2024). Buscamos, neste artigo, analisar a expansão territorial das redes do tráfico de drogas e os índices de letalidade policial em Angra dos Reis, já que essas ações policiais têm sido amplamente associadas ao combate às facções do tráfico de drogas, consideradas o principal vetor da criminalidade

⁴ Sobre conceito de cidade média, é interessante pesquisar trabalhos produzidos pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), que vem se dedicando desde 2007 sobre os estudos dessa escala de cidade.

⁵ Segundo dados divulgados pelo centro de pesquisa Justa (2022), o Rio de Janeiro é o estado que mais gasta proporcionalmente com polícias no Brasil. Em 2022, dos R\$ 87,4 bilhões do orçamento total do Rio de Janeiro, R\$ 9,4 bilhões foram direcionados para as polícias, o que representa 10,8% de todo o orçamento.

⁶ MPRJ: Ministério Público do Rio de Janeiro.

⁷ FBSP: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

violenta em Angra dos Reis, assim como ocorre em outras cidades brasileiras e latinas.

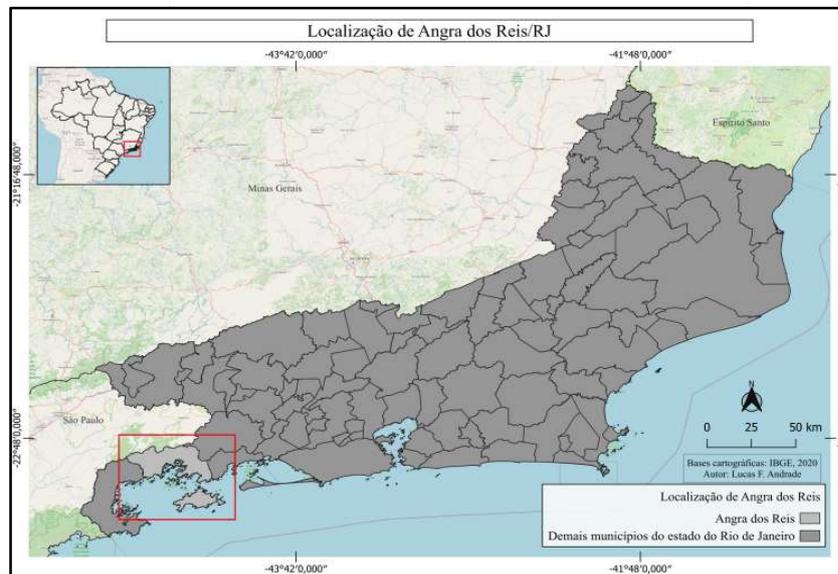


Figura 1 – Localização de Angra dos Reis/RJ.
Fonte: IBGE (2020). Org.: Lucas F. Andrade.

Metodologicamente, recorremos a estudos bibliográficos e documentais sobre os temas abordados nesta pesquisa, bem como desenvolvemos trabalhos de campo em diferentes localidades de Angra dos Reis, inclusive em espaços territorializados por facções criminosas. Além disso, realizamos a coleta de dados primários através de entrevistas (semiestruturadas e não estruturadas) com atores sociais considerados relevantes para este trabalho: a) Pessoas relacionadas à segurança pública (3 entrevistados); b) Líderes comunitários (3 entrevistados); c) Jornalista de um jornal local (1 entrevistada); d) Moradores de espaços socialmente segregados (10 entrevistados/as).

Devido à importância atribuída às geotecnologias para o alcance de nossos objetivos, realizamos ainda o mapeamento de dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (PMAR) e pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ) – sendo essa última fonte de dados indispensável para a produção de nossos gráficos e mapas.

Para a elaboração dos mapas referidos acima, utilizamos a ferramenta QGIS 3.30.2 e a base cartográfica fornecida pelo IBGE (2020), que possui 121 bairros. Em razão da grande quantidade de bairros mapeados, foi preciso determinar o critério de numeração para identificá-los, levando em consideração que se torna inviável rotular o nome de cada bairro

devido à poluição visual dos mapas. Para entendermos os números que se referem a cada bairro, elaboramos um quadro e um mapa base, que podem ser verificados através da leitura do *QRCode* abaixo (Figura 2) ou pelo *link*: <https://gebig.org/gruss/>

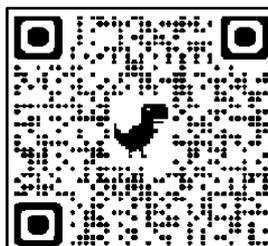


Figura 2 – *QRCode* referente ao quadro e ao mapa base dos bairros de Angra dos Reis/RJ.
Fonte: IBGE (2020). Org.: Lucas F. Andrade.

2. A EXPANSÃO TERRITORIAL DAS REDES DO TRÁFICO DE DROGAS

Na pesquisa sobre os novos padrões da violência homicida no Brasil, Waiselfisz, (2011) analisa que, a partir de 2003, a letalidade violenta no Brasil estaria migrando dos estados conhecidos tradicionalmente pela violência, como Rio de Janeiro e São Paulo, para outros relativamente menos violentos (hipótese da disseminação), na mesma medida em que estes índices teriam se deslocado das capitais e regiões metropolitanas para o interior dos estados (hipótese de interiorização). Não obstante, quando analisamos o segundo processo por estado da federação, é possível notar que, no caso do Rio de Janeiro, a interiorização da letalidade violenta ainda não era algo observado até o ano de coleta desses dados (2010), já que as taxas do interior acompanhavam as da capital e de sua região metropolitana.

De acordo com Ruediger (2019), esse quadro passa a se inverter ao longo da década de 2010, quando a letalidade violenta no Rio de Janeiro teria migrado não só da capital para a região metropolitana, mas também para o interior do estado. Para o autor, essa dinâmica estaria associada às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) instaladas em favelas e áreas deflagradas da capital, que teriam resultado na migração de criminosos para outras regiões.

Nesse sentido, Fernandes Junior (2016) aponta que o projeto das UPPs teria assumido um papel inverso do que se foi proposto inicialmente, passando de agente mediador para agente causador/gerador de conflitos. Segundo o autor, tal ideia se materializa em função da dinâmica de migração e de expansão territorial de grupos de narcotraficantes e milicianos, o que resultou no aumento dos pontos de venda de drogas, na movimentação de armas e no deslocamento “[...] e nomeação de lideranças do narcotráfico em áreas de expansão, onde a

‘estética do poder’ [...] ressurgem em áreas de UPPs e se implementa em áreas de expansão como difusor e receptor da violência” (Fernandes Jr., 2016, p. 38-39).

Por essa mesma linha de argumentação, Novellino e Oliveira (2019) desenvolvem um estudo sobre a expansão territorial das redes do crime organizado no estado do Rio de Janeiro, tendo como base de análise os dados de veículos roubados e de recuperação de veículos⁸ em 2007, 2012 e 2017, fornecidos pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ). Através desses dados, os autores puderam constatar que: em 2007, era a capital que detinha o predomínio das redes do crime organizado em todo o estado fluminense; já no ano de 2012, período auge das UPPs, nota-se um aumento de participação nessas redes da Grande Niterói, Região dos Lagos e Baixada Fluminense, além de áreas localizadas no Norte do estado; em 2017, há um aumento de nós nessas redes, assim como uma aproximação de áreas no Norte e no Sul Fluminense aos grandes pontos de concentração de criminosos, especialmente através da ligação realizada, respectivamente, pela Grande Niterói e pela Zona Oeste da capital.

Partindo desse breve contexto, por meio de nossas entrevistas e observações em campo verificamos que, em Angra dos Reis, a expansão territorial das redes do tráfico de drogas se iniciou através de conexões realizadas entre narcotraficantes da própria cidade e de criminosos provenientes da metrópole do estado do Rio de Janeiro, sobretudo através do fornecimento de drogas, armas e pessoas para eventuais confrontos contra grupos rivais. Atualmente, essas interações ainda podem ser observadas em muitos bairros de Angra dos Reis; no entanto, cabe ainda salientarmos que: em algumas localidades, as atividades ligadas a essas redes não têm sido levadas a cabo por indivíduos nascidos ou criados na região, mas por aqueles oriundos da capital e região metropolitana do estado.

Para os Delegados da Polícia Civil e da Polícia Federal de Angra dos Reis, a vinda desses criminosos para a cidade se daria por quatro motivos principais: 1) a proximidade geográfica de Angra dos Reis com o município do Rio de Janeiro; 2) as características físicas da região, com muitos morros e uma extensa área de mata que acabam facilitando as ações desses infratores; 3) o mercado consumidor em potencial, formado por pessoas de classe média e alta que residem na cidade ou a frequentam devido ao forte apelo ao turismo; 4) o baixo policiamento na região quando comparado com a metrópole fluminense.

⁸ Conforme apontado por Novellino e Oliveira (2019, p. 2), a escolha desses dados se deu em razão de grande parte dos veículos roubados serem utilizados pelo crime organizado para transportar drogas, armas ou pessoas “[...] que são utilizadas para as disputas territoriais. Mesmo que tais roubos estejam ligados às quadrilhas especializadas em desmanche, majoritariamente, estas encontram-se sob a égide das Organizações Criminosas”.

Para além dos fatores supracitados, é preciso acrescentar que a cidade é marcada por grandes desigualdades sociais e espaciais. Angra dos Reis teve seu processo de expansão urbana iniciado por investimentos estatais ocorridos a partir do segundo quartel do século XX; como: a ampliação do Porto de Angra e a construção da rodovia RJ-155 durante a Era Vargas (1930-1945); a inauguração do Estaleiro Verolme (atual Estaleiro Seatrium) durante o mandato de Juscelino Kubistcheck (1956-1961); e a implantação da rodovia BR-101 (trecho Rio-Santos), do Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande (TEBIG) e de um complexo termonuclear durante a ditadura militar (1964-1985). A partir dos anos 1970, o espaço urbano da cidade ainda passa a ser marcado pelo avanço do capital turístico-imobiliário⁹, que se beneficiou tanto da beleza cênica da região e pela facilidade que seu litoral proporciona para o turismo náutico, como de projetos turísticos elaborados pelo Governo Federal e de aparatos urbanos construídos com base no fomento das indústrias (Abreu, 2005).

Por um lado, essas mudanças atraíram muitos imigrantes para Angra dos Reis, que, somado aos povos nativos expulsos de suas terras (especialmente quilombolas, caiçaras e indígenas) a partir da construção da rodovia BR-101 e da vinda de empreendimentos turístico-imobiliários para a região, se viram obrigados a ocupar áreas caracterizadas, atualmente, como Favelas e Comunidades Urbanas, das quais expressam uma parte das desigualdades urbanas evidenciadas na cidade. Segundo o IBGE (2020), Angra dos Reis possui 39,8% do total de seus domicílios situados nesses espaços, sendo um dos municípios brasileiros que mais apresentam tal característica. Ao cruzarmos a espacialização desses dados aos bairros onde as facções criminosas exercem suas atividades ligadas ao tráfico de drogas, observa-se que quase todas as Favelas e Comunidades Urbanas de Angra dos Reis são territorializadas por algum grupo criminoso, sendo a maioria dominada pelo Comando Vermelho (CV) e algumas outras localidades controladas pelo Terceiro Comando Puro (TCP) (Figura 3).

Por outro lado, a cidade se destaca pela quantidade de espaços residenciais fechados (177) destinados à moradia e/ou ao turismo das classes mais abastadas. Tais espaços podem oferecer lazer (praças, piscinas, campos de golfe etc.) e serviços de bens e consumo (restaurantes, mercados, farmácias, entre outros), inclusive helipontos e marinas privadas que facilitam a circulação daqueles que possuem meios para utilizá-los, havendo uma separação

⁹ Por mais que atores sociais da pesquisa ligados ao capital imobiliário não estejam totalmente associados às atividades turísticas, o uso do termo “turístico-imobiliário” representa bem o caso de Angra dos Reis, tendo em vista que o turismo está bastante presente nesses espaços (Abreu, 2005).

explícita entre pobres e ricos, tanto no que se refere às barreiras físicas como em relação às práticas espaciais estabelecidas. Entretanto, nas entrevistas com os Delegados e com a Jornalista de um jornal local, verificamos que a principal rentabilidade do tráfico de drogas na cidade viria de consumidores que residem ou frequentam esses espaços mencionados.

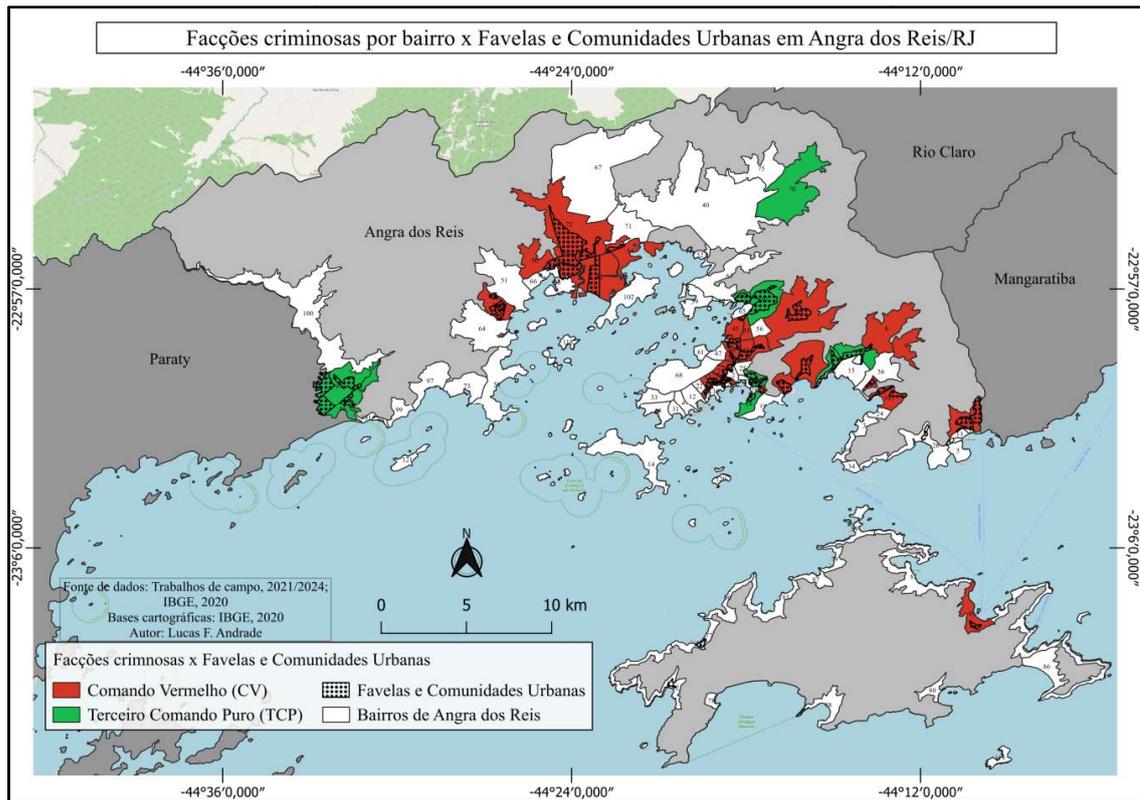


Figura 3 – Facções criminosas por bairro x Favelas e Comunidades Urbanas em Angra dos Reis/RJ. Fonte: Trabalhos de campo (2021/2024); IBGE (2020). Org.: Lucas F. Andrade.

Através de dados divulgados pelo Censo do IBGE (2010), podemos notar que a maior parcela da população de Angra dos Reis possui um rendimento nominal médio mensal que varia entre zero e dois salários mínimos, ao passo que a minoria chega a receber mais de cinco salários¹⁰ (Figura 4). Considerando tais informações, é possível verificar que os menores rendimentos se concentram em setores censitários que apresentaram domicílios em Favelas e Comunidades Urbanas, apesar deste dado não ser algo exclusivo dessas delimitações. Em contrapartida, os rendimentos mais elevados se distribuem principalmente por áreas localizadas próximas ao mar, onde a instalação de muitos empreendimentos turístico-imobiliários resultou (e ainda resulta) em intensos conflitos fundiários com povos tradicionais

¹⁰ O salário mínimo em 2010 era R\$ 510,00.

da região, bem como têm cerceado e/ou impossibilitado o acesso de banhistas a diversas praias do município em razão de suas restrições de segurança. Além disso, devemos salientar que esses dados não demonstram a realidade econômica de muitos proprietários de imóveis localizados nesses empreendimentos, já que muitos não são moradores de Angra dos Reis.

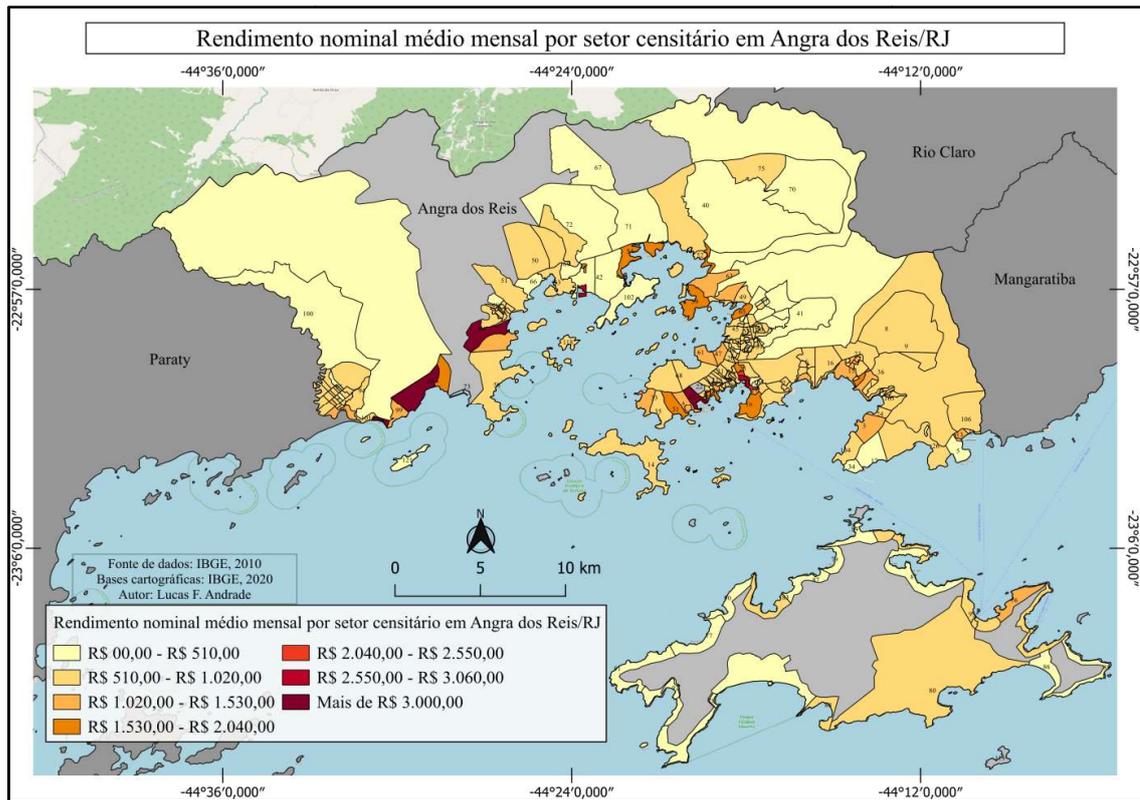


Figura 4 – Rendimento nominal médio mensal por setor censitário em Angra dos Reis/RJ.

Fonte: IBGE (2010). Org.: Lucas F. Andrade.

Em meados de 2013, a criminalidade em Angra dos Reis já gerava certas preocupações para os órgãos de segurança pública. Entretanto, é a partir desse período que esses problemas passam a se agravar de tal forma que: no ano de 2018, o prefeito do município enviou um ofício, à presidência da República, solicitando a presença da Força Nacional e do Exército para prevalecer à ordem pública na cidade, já que bairros como Areal, Parque Belém, Frade e Japuíba estariam tomados pelo tráfico de drogas (Diário do Vale, 2018). Ainda em 2018, Angra dos Reis acabou sendo inserida no projeto de intervenção federal ocorrido na segurança pública do estado fluminense, passando a receber operações de “garantia da lei e da ordem” (GLO), deflagradas pelas forças de segurança do Estado em conjunto com forças militares, em áreas consideradas de risco (Rodrigues, 2019).

Nas entrevistas com os Delegados da Polícia Civil e Federal, verificamos que as facções do tráfico de drogas seriam o principal indutor para a escalada de violência na cidade, especialmente por possuírem relações diretas com diferentes tipos de delito; como: apreensão de drogas em geral, o que inclui tanto a posse de entorpecentes como crimes de tráfico de drogas e associação ao tráfico; homicídios dolosos e tentativas de homicídio, sendo estes amplamente associados aos confrontos entre facções rivais e acertos de contas realizados pelos próprios traficantes; e roubos, com destaque para àqueles considerados qualificados, uma vez que esses grupos recorreriam a essas práticas quando seu lucro principal, extraído das bocas de fumo, tivesse sendo impactado de alguma forma.

Em convergência com tais informações, a partir da série histórica disponibilizada pelo ISP-RJ (2003-2023) pôde ser notado que todas as ocorrências mencionadas acima se elevaram entre 2013 e 2018, demonstrando a relação temporal desta dinâmica com o processo de expansão territorial das redes do crime organizado no estado do Rio de Janeiro (Gráfico 1). Com exceção das apreensões de drogas, esses índices passam a ser reduzidos ano após ano a partir de 2019, sendo este fato associado por ambos os Delegados entrevistados à intervenção federal ocorrida na cidade, que possibilitou a articulação entre as diferentes esferas policiais (militar, civil e federal) no combate às facções do tráfico de drogas. Como resultado, diversos criminosos foram mortos em confronto com agentes do Estado, assim como houve a instalação de unidades policiais em alguns pontos considerados estratégicos, como a Unidade da Polícia Militar no Morro do Santo Antônio, a Unidade da Polícia Rodoviária Federal no Camorim, e as UPPs nos bairros Parque Belém, Camorim e Frade.

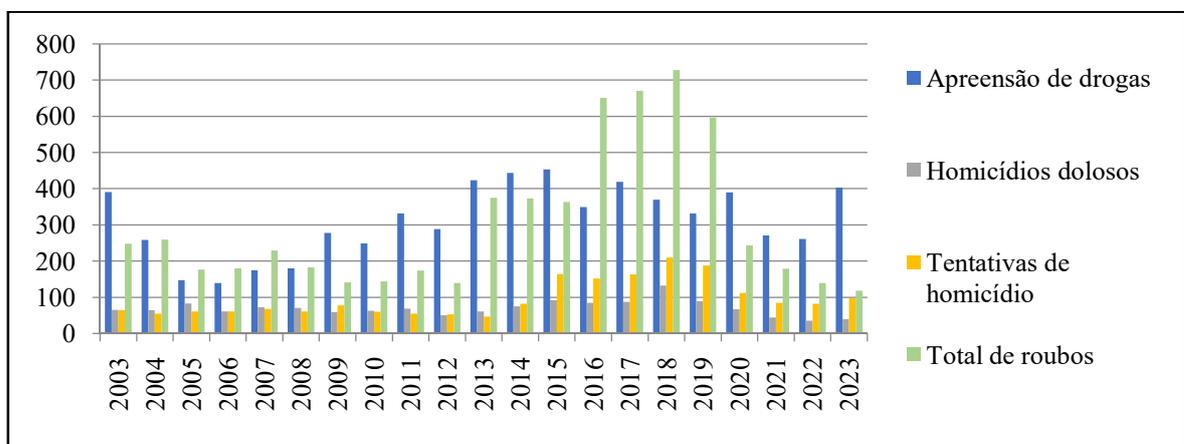


Gráfico 1 – Ocorrências criminais relacionadas às facções do tráfico de drogas em Angra dos Reis (2003-2023).
Fonte: ISP-RJ (2024). Org.: Lucas F. Andrade.

Dessa forma, é possível evidenciar que a redução dos crimes relacionados às facções do tráfico de drogas aparenta estar proporcionando uma maior sensação de segurança urbana em diferentes bairros da cidade, apesar de não significar que essas redes pararam de exercer suas atividades e formas de controle territorial. Em algumas localidades, por exemplo, através de nossos trabalhos de campo pôde ser verificado que esses grupos criminosos ainda se utilizam de armas e barricadas para impedir o acesso da polícia ou uma possível invasão de grupos rivais, bem como têm imposto regras para a entrada e circulação de veículos em seus territórios, como ligar a luz interna e abaixar os vidros e o farol.

Por intermédio de fontes midiáticas, notamos ainda que esses grupos vêm tentando eleger políticos através da coação de moradores em suas áreas de influência (Agência Brasil, 2020; A Cidade, 2024), além de instalar câmeras de vigilância nesses espaços e oferecer serviços de *internet* e TV a cabo (G1, 2023; Diário do Vale, 2024).

Perante o exposto, torna-se cabível questionarmos os resultados das ações policiais a partir das diferentes maneiras que as redes do tráfico de drogas encontram para se manter ou se expandir territorialmente, sobretudo quando esses resultados passam a ser associados aos índices de letalidade policial.

3. UM OLHAR SOBRE OS ÍNDICES DE LETALIDADE POLICIAL

Ao relacionarmos as análises até aqui apresentadas às contribuições de Misse (2009), podemos considerar que a corrida armamentista que, nos últimos quarenta anos, levou a uma concentração de armamentos de guerra em espaço socialmente segregados da cidade do Rio de Janeiro, tem se expandido, especialmente a partir da última década, para diferentes regiões do estado, inclusive para o município de Angra dos Reis. Nesses territórios, agora operados por traficantes verejistas, constituem-se os pontos de venda de drogas, defendidos por “soldados” fortemente armados com pistolas, metralhadoras, fuzis e granadas, tudo isso em meio urbano, com alta concentração populacional e constantes confrontos, seja com outros grupos criminosos que tentam tomar seu território ou com as forças de segurança do Estado.

Para além das diferentes razões que levam uma pessoa a ingressar no mundo do crime, Zaluar (1990) aponta que a posse de armas e a disposição para matar teriam um destaque especial para o contexto que envolve o controle territorial exercido pelas facções do tráfico de drogas em favelas e aglomerações urbanas de baixa renda, uma vez que esses elementos

seriam como símbolos de masculinidade e de garantia contra a derrota vergonhosa ou a morte, além de ser o instrumento da submissão ou da morte do inimigo, que pode ser um policial ou um membro de uma facção rival. Segundo a autora, é justamente na guerra que fica mais claro o entrelaçamento entre a lógica econômica e cultural do viés guerreiro assumido por essas redes de pequenos e médios traficantes, pois: do mesmo modo que uma incursão policial ou um confronto com outros criminosos podem incidir na redução de seus lucros, a área não pode ser “esculachada” ou tomar tiros sem que haja uma reação.

Diante de tal conjuntura, a elevação dos níveis de violência policial tem sido justificada pela necessidade de reduzir crimes em um contexto no qual os criminosos estão altamente armados, o que pode acarretar em maiores índices de letalidade policial. Embora o uso da força na atividade policial tenha previsão legal e seja indicado em casos de ameaça à integridade do agente de segurança pública ou de outra pessoa (Instrução Normativa PMERJ/EMG-PM/3¹¹ N° 33, 2015), um aumento expressivo das mortes ocasionadas por intervenção de agente do Estado pode indicar, em certas circunstâncias, que o uso dessa força esteja em discordância com as normas técnicas e legais (Monteiro; Fagundes; Guerra, 2020), fazendo-se necessário um maior aprofundamento investigativo sobre tais indicadores.

No caso de Angra dos Reis, através dos dados fornecidos pelo ISP-RJ sobre os índices de letalidade policial ocorridos no município, entre 2003 e 2023 (Gráfico 2), é possível constatar que, até 2016, essas ocorrências não demonstravam nenhum padrão específico, o que passa a mudar no período de 2017 a 2021, quando as mortes por intervenção de agente do Estado acompanharam a mesma tendência dos crimes associados às facções do tráfico de drogas.¹² Não obstante, os anos de 2022 e 2023 ficaram marcados por uma ascensão jamais vista dos índices de letalidade policial em toda a série histórica analisada, chegando a apresentar, respectivamente, 58 e 71 ocorrências.

A maioria dos entrevistados, relacionados à segurança pública, explicou que o aumento das mortes provocadas por agentes do Estado está vinculado a resistência armada por parte de criminosos, causando ameaça à integridade física dos policiais ou de outrem. Nessas narrativas, foi apontado que o objetivo das ações policiais não seria levar os infratores a óbito, mas sim neutralizá-los para que possam cumprir com as penas de seus crimes – embora não seja isso que esteja acontecendo.

¹¹ PMERJ/EMG/PM/3: 3ª Seção do Estado-Maior Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

¹² Vide Gráfico 1, apresentado na seção anterior.

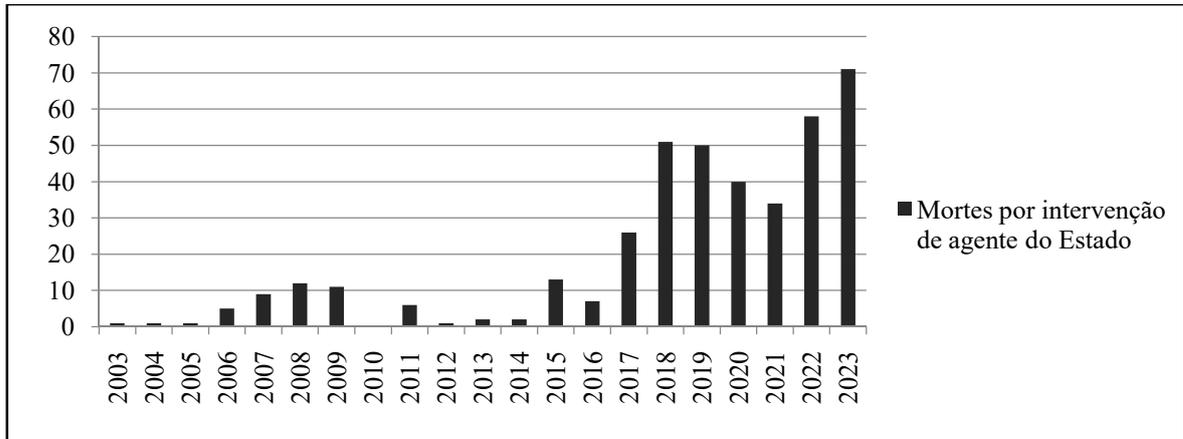


Gráfico 2 – Mortes por intervenção de agente do Estado em Angra dos Reis/RJ (2003-2023).
Fonte: ISP-RJ (2024). Org.: Lucas F. Andrade.

De acordo com os entrevistados referidos acima, tais ocorrências acontecem, majoritariamente, em localidades dotadas de alguma carência social e econômica, com destaque para algumas áreas classificadas como Favelas e Comunidades Urbanas. Em vista desta informação, correlacionamos o mapeamento dessas áreas aos bairros que apresentaram registros de letalidade policial em 2023, a fim de que possamos analisar a distribuição espacial dessas ocorrências sob uma perspectiva de tempo mais recente.

De fato, através da Figura 5 podemos observar que, entre os bairros que apresentaram mortes por intervenção de agente do Estado em 2023, apenas Centro e Jacuecanga não possuem domicílios em Favelas e Comunidades Urbanas, apesar de ambos serem rodeados por esses territórios. Além disso, é possível evidenciar que os bairros que mais se destacaram pela quantidade dessas ocorrências foram: Sapinhatuba III, Lambicada, Sapinhatuba II e Sapinhatuba I. Como característica em comum, todos esses quatro bairros se encontram às margens da rodovia BR-101, bem como estão próximos de zonas que concentram uma grande circulação de pessoas, bens e dinheiro, seja por atividades ligadas ao setor industrial (como o Estaleiro Seatrium, localizado próximo à Lambicada), ao turismo-imobiliário e/ou ao comércio e à prestação de serviços (como no caso de alguns espaços residenciais fechados e do *shopping* Piratas, situados nas proximidades das Sapinhatubas I, II e III).

Ainda sobre os bairros que mais se destacaram pela quantidade de autos de resistência em 2023, cabe ainda mencionar que, nos últimos anos, a disputa pelo ponto de venda de drogas entre facções rivais tem se dado de maneira incessante nessas localidades, causando inúmeras preocupações aos órgãos de segurança pública e às pessoas que circulam próximas a

essas áreas e/ou residem nelas. Partindo da concepção dos Delegados da Polícia Civil e da Polícia Federal de Angra dos Reis, podemos aferir que essas disputas poderiam justificar o maior índice de letalidade policial nesses quatro bairros, uma vez que as prioridades atuais das forças de segurança pública na cidade seriam reduzir o controle territorial das facções do tráfico de drogas e evitar com que haja confrontos entre esses grupos criminosos.

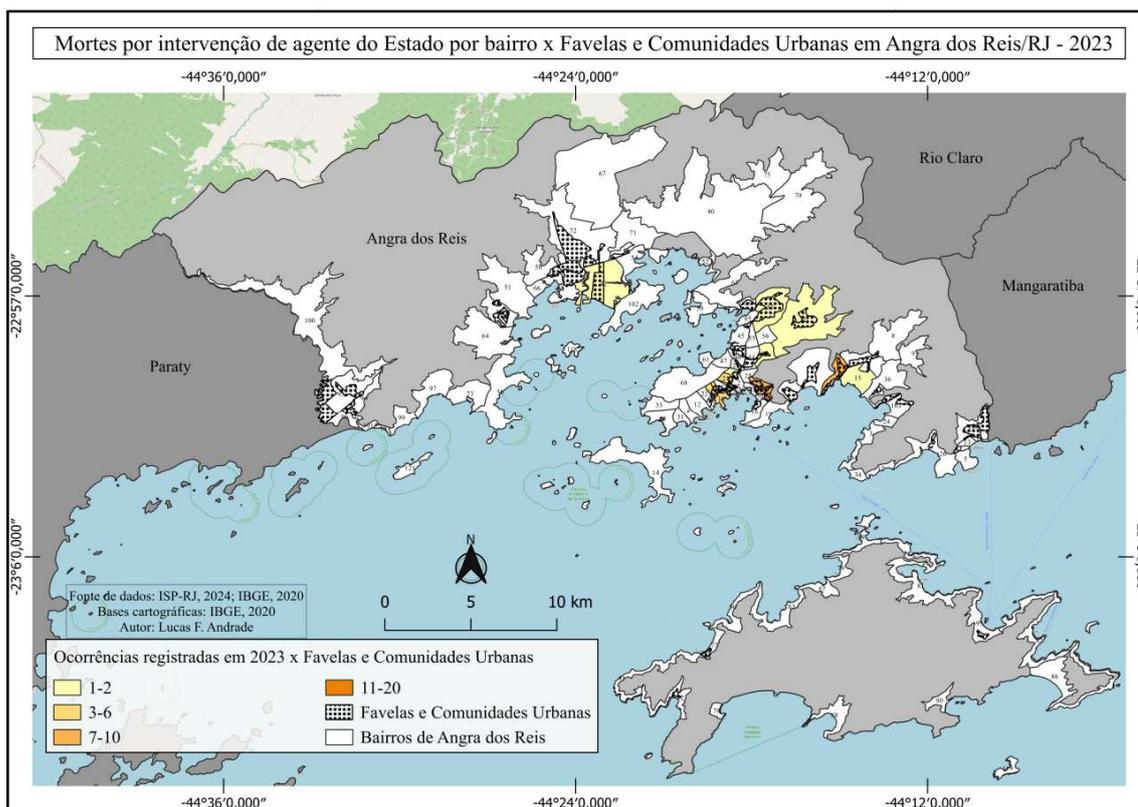


Figura 5 – Mortes por intervenção de agente do Estado por bairro x Favelas e Comunidades Urbanas em Angra dos Reis/RJ – 2023. Fonte: ISP-RJ (2024); IBGE (2020). Org.: Lucas F. Andrade.

No caso das Sapinhatubas II e III, outra questão um tanto quanto intrigante tem nos levado a reflexões que perpassam as possíveis motivações até então citadas sobre a repressão policial mais incisiva nesses espaços, fato este também observado em nossas análises sobre as mortes provocadas por policiais nos morros localizados próximos ao Centro: durante entrevistas realizadas com moradores de algumas dessas áreas, verificamos que esses bairros se encontram próximos de locais onde um conhecido empreiteiro da região pretende promover (ou já tem promovido) obras que proporcionem o desenvolvimento de projetos

turísticos na cidade¹³, o que tem resultado em mais operações policiais nessas localidades e em graves ameaças de criminosos aos familiares desse empresário – bem como constatado em uma matéria publicada, em fevereiro de 2024, pelo jornal *A Cidade*.

Com relação ao perfil dos vitimados pelas ações policiais, ambos os Delegados entrevistados relataram que a maioria dessas pessoas não teria uma boa estrutura familiar, além de apresentarem baixos níveis de escolaridade. Ao analisarmos os registros do ISP-RJ sobre o sexo e a cor/raça dessas vítimas no ano de 2023, pôde ser verificado ainda que: das 71 mortes por intervenção policial registradas neste ano, 70 foram do sexo masculino e apenas uma do sexo feminino; sendo 52 pessoas negras, 9 brancas e 10 não possuíam nenhuma informação. Apesar da necessidade de um maior aprofundamento sobre tais constatações para podermos chegar a uma conclusão sobre algum tipo de padrão do perfil dessas vítimas, chamou-nos a atenção a quantidade de homens negros mortos pela polícia no ano em questão, sendo essa característica pertencente ao principal grupo vitimado pela polícia em todo território brasileiro, segundo dados divulgados pelo FBSP (2023; 2024).

Dessa maneira, cabe destacarmos os inúmeros relatos prestados por alguns líderes comunitários e moradores de espaços socialmente segregados quando perguntados sobre a eficiência do trabalho policial em Angra dos Reis. Em algumas dessas falas, foi enfatizado o desrespeito de alguns agentes do Estado com os moradores quando entram nas comunidades, assim como foram relatadas situações mais complexas, como casos de invasão a domicílio, extorsão, corrupção passiva e, até mesmo, tortura e execução de supostos criminosos. Através de algumas dessas narrativas, os entrevistados comentaram que, em determinadas ocasiões, seria a própria polícia que chegaria atirando durante suas operações, mesmo que não houvesse nenhum tipo de resistência por parte dos narcotraficantes.¹⁴

Nas entrevistas referidas acima, bem como através dos relatos apresentados pela Jornalista entrevistada, averiguamos ainda que a morte de muitos criminosos na cidade teria se dado, historicamente, por pessoas que mataram “por fora”, sendo essas ações muito parecidas com àquelas praticadas por “justiceiros” que deram origem às milícias na metrópole do Rio de Janeiro. No município de Angra dos Reis, ainda não podemos afirmar que esses

¹³ Esses projetos seriam: o teleférico da Ponta da Cidade, que possivelmente passará entre os bairros Sapinhatuba II e III (Maré, 2021); e o Parque da Cidade, onde está sendo construída uma estrada que liga o bairro Enseada ao Morro do Bulé, cortando a parte alta de todos os morros da região central (A Voz da Cidade, 2023).

¹⁴ A respeito das informações descritas neste parágrafo, é preciso enfatizar que estamos apenas relatando o que nos foi dito durante algumas de nossas entrevistas.

indivíduos exerçam as mesmas formas de atuação dos grupos milicianos da capital e região metropolitana do estado, porém essas execuções podem servir de alerta para que as facções do tráfico de drogas não adentrem em determinados territórios.¹⁵

Seguindo adiante com nossas análises, ao separarmos as ocorrências de tráfico de drogas e associação ao tráfico das apreensões de drogas em geral no ano de 2023, é possível notar, através da Figura 6, que os bairros que mais apresentaram esses registros não são àqueles que se destacaram pela quantidade de mortes por intervenção de agente do Estado neste ano, apesar da maioria das ocorrências de tráfico e associação ao tráfico terem ocorrido em Favelas e Comunidades Urbanas. Em algumas localidades, constata-se que esses delitos caíram e os índices de letalidade policial aumentaram, como nas Sapinhatubas I e III, Lambicada, Morro da Caixa D'Água e Morros da Glória I e II, fazendo-nos questionar a real necessidade de ações policiais violentas em determinados territórios.

Ademais, podemos constatar que os bairros que registraram a maior quantidade de ocorrências de tráfico e associação ao tráfico, em 2023, foram: Bracuí, Centro, Frade e Parque Mambucaba; sendo estes situados próximos a espaços residenciais fechados de alto padrão (Bracuí e Frade) ou a áreas que exercem uma importante centralidade na cidade (Centro e Parque Mambucaba), especialmente em razão da vasta oferta de comércios e prestações de serviço, como supermercados, farmácias, clínicas hospitalares, agências bancárias etc.

Como fecho desta seção, devemos ressaltar que o tráfico de drogas é uma estrutura formada por diversos grupos responsáveis por diferentes atividades produtivas e de distribuição dos entorpecentes, que atuam sobre uma complexa divisão multiescalar de funções que abarcam desde o mercado atacadista (regional, nacional e internacional) até o âmbito do varejo (escala local), conforme estamos analisando neste trabalho. Efetivamente, podemos dizer que as ações individualmente firmadas no mundo do tráfico giram em torno do dinheiro ou do lucro, no entanto, não podemos deixar de considerar a questão ideológica ou o aspecto simbólico dessas redes, já que as motivações que levam indivíduos sem a qualquer capacidade financeira para movimentar toda essa engrenagem não devem ser meramente resumidas a fatores econômicos (Souza, 2008; 2012; Reis Netto; Chagas, 2021).

Em Angra dos Reis, as ações de repressão desencadeadas pelo Estado se mostraram

¹⁵ Apesar de não termos nenhuma evidência que comprove quem foram essas pessoas que “mataram por fora”, alguns de nossos entrevistados apontaram que os possíveis mandantes para esses crimes seriam determinados políticos e empresários da região de Angra dos Reis. Por motivos jurídicos e de segurança, não iremos revelar os nomes que nos foram relatados, apenas gostaríamos de apontar a complexidade que envolve tal situação.

recair sobre o elo mais fraco dessas organizações, que ao se alocarem principalmente nas Favelas e Comunidades Urbanas da cidade, acabam por fomentar um discurso preconceituoso e generalizado de que todo “favelado” pode ser um criminoso em potencial, contribuindo para ocultar atividades que realmente estão financiando tais operações. Como indício desses apontamentos, destaca-se que a única informação que encontramos sobre a atuação de grandes operadores das redes do tráfico de drogas em Angra dos Reis, é datada no ano de 2000, quando o então Diretor da Delegacia de Repressão aos Entorpecentes (DRE) teria apontado que a falta de colaboração das autoridades locais estaria dificultando o mapeamento das pistas de pouso clandestinas do município, que, segundo suspeitas policiais, serviriam para o desembarque de drogas na região (Diário do Grande ABC, 2000).

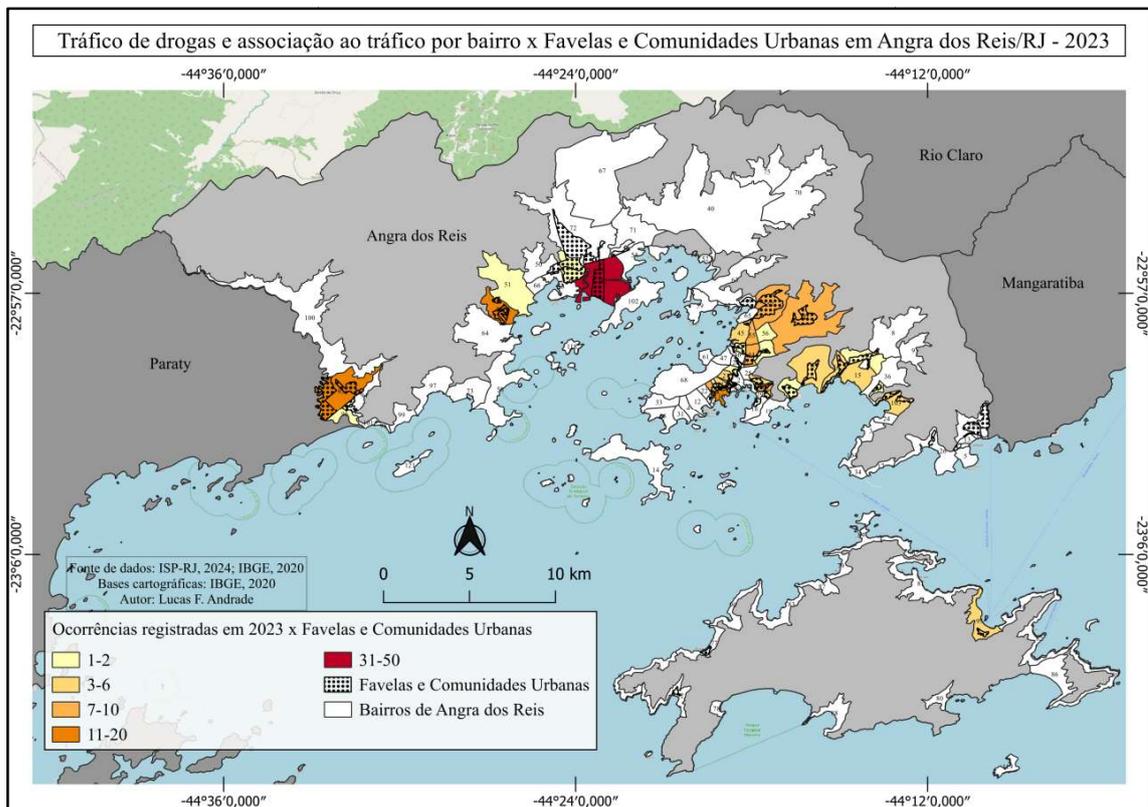


Figura 6 – Tráfico de drogas e associação ao tráfico por bairro x Favelas e Comunidades Urbanas em Angra dos Reis/RJ – 2023. Fonte: ISP-RJ (2024); IBGE (2020). Org.: Lucas F. Andrade.

Desse modo, torna-se relevante retornarmos aos estudos de Misse (2009, p. 383), para enfatizar que a dinâmica de todo esse cenário passa a ser ainda mais problemática quando corroborada pela concepção, altamente difundida por uma grande parcela da sociedade brasileira, de que “bandido bom é bandido morto”. Em meio a essa perspectiva, criou-se um

pensamento disseminado pela população do sistema penitenciário, formada principalmente por traficantes e ladrões, de que a fuga ou enfrentamento às ações policiais são uma questão de vida ou morte, o que tanto contribui para uma maior agressividade dos criminosos em suas ações como tendem a tornar o trabalho policial mais perigoso e violento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base as contribuições de Santos (2006), é possível argumentar que as redes do crime organizado – com destaque para àquelas desenvolvidas pelas facções do tráfico de drogas – buscam impor a sua ordem, mesmo que isso ocorra através de uma desordem, em seus espaços de atuação e influência. Por meio de sua racionalidade dominante, essas redes promovem a integração e/ou a desintegração dessas áreas, de maneira rígida ou flexível, a partir de seus interesses financeiros, por questões ideológicas ou aspectos simbólicos, dentre os quais podem ser exemplificados através de suas práticas de expansão territorial e/ou pelos confrontos efetivados contra grupos rivais e com a polícia.

Em nosso estudo, verificamos que a expansão territorial dessas redes se deu a partir das ligações estabelecidas entre criminosos de Angra dos Reis e de outros oriundos da metrópole do Rio de Janeiro, resultando na maior movimentação e disponibilidade de drogas, armas e pessoas para o desenvolvimento de suas atividades na cidade em estudo. Para além das possíveis motivações que fundamentaram a indução desta dinâmica, a qual resultou num aumento expressivo de crimes provocados pelas facções do tráfico de drogas, destaca-se a problemática das desigualdades sociais e espaciais de Angra dos Reis, que acabam contribuindo para o aliciamento de indivíduos para efetivar essas práticas criminosas.

Diante desse contexto, temos observado que as estratégias adotadas politicamente para a resolução desses problemas vêm ocorrendo a partir da ênfase no policiamento ostensivo e na lógica do confronto armado, especialmente através das operações deflagradas pelas forças de segurança pública em áreas consideradas de risco, das quais muitas vêm resultando na morte de pessoas que podem (ou não) ter algum tipo de envolvimento com o comércio de entorpecentes na escala do varejo. Em geral, é notório que essas ações policiais resultaram na redução de grande parte dos indicadores criminais associados ao tráfico de drogas, assim como contribuíram, aparentemente, para uma maior percepção de segurança urbana em diferentes bairros da cidade, embora algumas localidades ainda sejam retratadas pelo seu alto grau de periculosidade, sobretudo pelas diferentes formas que as redes do tráfico de drogas

têm adotado para permanecer e/ou se expandir sobre esses espaços.

Conforme analisado, tal situação tende a se perpetuar em virtude das operações policiais não atingirem os verdadeiros responsáveis pelo financiamento dessas redes ilegais de poder, além de gerarem um ciclo vicioso de violência onde os mais atingidos são àqueles historicamente marginalizados na sociedade brasileira. Sendo assim, mostra-se cada vez mais urgente a necessidade de mudanças em Angra dos Reis, das quais devem começar, a nosso ver, por iniciativas que visem um planejamento urbano que integre desenvolvimento econômico e justiça social.

Logo, é preciso que haja mais investimentos em educação, cultura, lazer e saúde, além de projetos que promovam a inserção de jovens e adultos periféricos no mercado de trabalho. Para tanto, é fundamental que ocorra a convergência de movimentos sociais (como associações de moradores e comunidades tradicionais da região) na luta pelo direito à cidade, gerando uma postura crítica em relação ao cenário atual que temos observado na cidade.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, Cássio Veloso de. **Urbanização, apropriação do espaço, conflitos e turismo: um estudo de caso de Angra dos Reis**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

AGÊNCIA BRASIL. Milícia e tráfico influenciam eleições em 14 cidades do Rio. **Agência Brasil**, 26 out. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/eleicoes-2020/milicia-e-trafico-influenciam-eleicoes-em-14-cidades-do-rio> Acesso em: 18 ab. 2024.

A CIDADE. Tatinho volta à Caixa D'Água para infernizar a vida dos moradores. **A Cidade**, 28 fev. 2024. Disponível em: <https://acidadecostaverde.com.br/2024/02/tatinho-volta-a-caixa-dagua-para-infernizar-a-vida-dos-moradores/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

_____. Tráfico tenta impor seu candidato na Caixa D'Água. **A Cidade**, 06 abr. 2024. Disponível em: <https://acidadecostaverde.com.br/2024/04/trafico-tenta-impor-seu-candidato-na-caixa-dagua>. Acesso em: 10 abr. 2024.

A VOZ DA CIDADE. Angra dos Reis: licitação do Parque da Cidade será remarçada. **A Voz da Cidade**, 26 set. 2023. Disponível em: <https://avozdacidade.com/wp/angra-dos-reis-licitacao-do-parque-da-cidade-sera-remarcada/>. Acesso em: 14 dez. 2023.

CICONELLO, A. **A política de segurança pública do Rio de Janeiro é ineficiente e financeiramente insustentável**. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança, 2019.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Angra dos Reis está na mira da CPI do Narcotráfico. **Diário do**

Grande ABC, 28 fev. 2000. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/380093/angra-dos-reis-esta-na-mira-da-cpi-do-narcotrafico>. Acesso em: 10 dez. 2021.

DIÁRIO DO VALE. Prefeito pede Exército e diz que Japuiba, Areal, Belém e Frade estão tomados pelo tráfico. **Diário do Vale**, 08 fev. 2018. Disponível em: <https://diariodovale.com.br/tempo-real/prefeito-pede-exercito-e-diz-que-japuiba-areal-belem-e-frade-estao-tomados-pela-guerra/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

_____. PM desativa central de monitoramento do tráfico em Angra. **Diário do Vale**, 20 mai. 2024. Disponível em: <https://diariodovale.com.br/tempo-real/pm-desativa-central-de-monitoramento-do-trafico-em-angra/>. Acesso em: 25 mai. 2024.

FERNANDES JUNIOR, G. L. A metropolização da criminalidade com a territorialização das UPPs: da migração a expansão. **Revista Tamoios**, v. 12, n. 1, p. 20-42, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

G1. PF mira internet clandestina do tráfico e faz buscas em 3 municípios do RJ; empresa oferecia câmeras em troca do monopólio. **G1**, 04 mai. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/05/04/pf-mira-internet-clandestina-do-trafico.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados Subnormais 2019: Classificação Preliminar e Informações de Saúde Para o Enfrentamento à COVID-19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO. Série Histórica (2003-2023). **ISP-RJ**, 2024. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2024.

JUSTA. **O funil de investimento da segurança pública e prisional em 2022**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa Justa, 2022.

MARÉ. Projeto do teleférico de Angra é apresentado para autoridades Federais. **Maré**, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://jornalmare.com.br/cidade/projeto-do-teleferico-de-angra-sera-apresentado-para-autoridades-federais/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

MELARA, E. **Espaços fechados e insegurança urbana: loteamentos e condomínios em Resende e Volta Redonda (RJ)**. Tese de Doutorado em Geografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO. **Letalidade policial no Rio de Janeiro em**

10 pontos. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisas – MPRJ, 2019.

MISSE, M. Sobre a acumulação da violência no Rio de Janeiro. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 3, p. 371-385, 2009.

MONTEIRO, J.; FAGUNDES, E.; GUERRA, J. Letalidade policial e criminalidade violenta. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 1772-1783, 2020.

NOVELLINO; M. S. F.; OLIVEIRA, L. A. V. de. Territórios-rede do Crime Organizado no Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano, 8, 2019. **Anais...** Natal: ANPUR, 2019, p. 1-23.

REIS NETTO, R. M.; CHAGAS, A. N. A cocaína como mercadoria-dinheiro: notas sobre uma geografia econômica do tráfico de drogas. In: MELO, S. N.; MASULLO, Y. A. G.; CARVALHO, D. S. (org.). **Crime e território: estudos e experiências em políticas de segurança pública e análise criminal**. São Luís: IMESC, 2021.

RODRIGUES, R. I. **A Intervenção Federal no Rio de Janeiro e as Organizações da Sociedade Civil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

RUEDIGER, M. A. **Interiorização da Violência no Rio de Janeiro (2013-2018)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2019.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: Os Novos Padrões de Violência Homicida no Brasil**. São Paulo, Instituto Sangari, 2011.

ZALUAR, Alba. Teleguiados e Chefes: Juventude e Crime. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro v. 15, n. 1, p. 54-67, 1990.